

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.134.934 - RJ (2017/0170448-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : TERRAZZO ATLANTICA RESTAURANTE LTDA
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RJ020283
CAROLINA LYRIO CIMA NOLASCO E OUTRO(S) - RJ144358
CATERINA MEDEIROS DE LUCA - RJ150321
AGRAVANTE : PROMO 3 CONSULTORIA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
ADVOGADOS : PAULO LOURENÇO DIAZ E OUTRO(S) - RJ102086
ORLANDO AUGUSTO VIEIRA - RJ181370
AGRAVANTE : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ABIH/RJ
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE BARROS BERGQVIST - RJ081617
RODRIGO CARPINTEIRO PERES E OUTRO(S) - RJ118716
AGRAVADO : BRASITALIA FIREWORKS PROMOCOES E EVENTOS LTDA
ADVOGADO : DIEGO ALVES DE CARVALHO - RJ114314
AGRAVADO : WANIA PEREIRA MENDES
ADVOGADOS : DARCY DE ASSIS VIANNA - RJ010705
ESTER PEREIRA RANGEL DEL RIO - RJ098155
JORGE DARCY GUIMARÃES DE ASSIS VIANNA - RJ107463
ANNA MARIA PORTUGAL GUIMARÃES E OUTRO(S) - RJ049284

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por **PROMO 3 CONSULTORIA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**, contra decisão que deixou de admitir recurso especial interposto pela ora insurgente.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 2168, e-STJ):

Ação de Indenização pelo rito ordinário. Alegação da autora de que sofreu lesões durante uma queima de fogos de artifício realizada na festa de réveillon na praia de Copacabana, na virada do ano de 2000/2001. Sentença julgando improcedente o pedido em relação ao Município do Rio de Janeiro e procedente em parte quanto aos demais réus, concedendo R\$ 10.000,00 a título de dano moral e R\$ 100,00 de dano material. Recursos de Apelação Cível. Rejeição de Agravo Retido. Afastamento das preliminares. MANUTENÇÃO. Cabimento dos danos morais, pois restou demonstrado que as lesões sofridas pela autora foram em consequência da queima de fogos de artifício promovida pelos apelantes. Dano moral fixado moderadamente. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS.

Os embargos de declaração opostos (fls. 2216-2238, e-STJ), foram rejeitados (fls. 2260-2268, e-STJ).

Nas razões do apelo extremo (fls. 2346-2373, e-STJ), a recorrente apontou

violação aos artigos 21, 130, 165, 332, 431-A, 454, § 3º, 458, 535, II, 555, todos do CPC/73 e aos artigos 7º, 13 e 18 do CDC. Sustentou, em síntese: **a)** a nulidade da sentença por cerceamento de defesa; **b)** a nulidade do laudo pericial produzido; **c)** não apreciados todos os vídeos acostados aos autos; **d)** a ausência de responsabilidade da recorrente no evento danoso; **e)** inadequada distribuição dos ônus da sucumbência, os quais devem recair exclusivamente à autora.

Contrarrazões às fls. 2410-2424, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 2432-2436, e-STJ), a Corte local não admitiu o recurso, dando ensejo a interposição do presente agravo (fls. 2797-2804, e-STJ), no qual a insurgente infirma o conteúdo da decisão agravada.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, quanto à apontada violação aos artigos 165, 458 e 535, II, do CPC/73, verifica-se que a recorrente limitou-se a apontar a ofensa aos dispositivos, sem mencionar, especificamente, a forma pela qual os dispositivos teriam sido violados, o que atrai a incidência da Súmula 284 do STF.

Assim, em prejuízo da compreensão da controvérsia, não foi demonstrada com clareza e precisão a necessidade de reforma da decisão, neste ponto, incidindo no óbice previsto na Súmula 284 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". Nesse sentido, precedentes desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA Nº 284/STF. [...] REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. **1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.** 2. Considera-se deficiente de fundamentação o recurso especial que, apesar de apontar os preceitos legais tidos por violados, não demonstra, de forma clara e precisa, de que modo o acórdão recorrido os teria contrariado, circunstância que atrai, por analogia, a Súmula nº 284/STF. [...] 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1193892/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 24/02/2014) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CRT E CELULAR CRT. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO A LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 284/STF. [...] **1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a violação genérica de lei federal não enseja a abertura da via especial, aplicando-se, por analogia, a Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua**

fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia." [...] 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 550.524/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 11/06/2015) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284 DO STF, POR ANALOGIA. [...] 1. **Não se pode conhecer da violação ao artigo 535 do CPC, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, a Súmula n.º 284 do STF, por analogia.** [...] 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 281.953/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 05/03/2013) [grifou-se]

Incide, no ponto, o teor da Súmula 284/STF, por analogia.

2. A insurgente sustenta, ainda, a ocorrência de cerceamento de defesa, ante o julgamento antecipado da lide, sem a produção da prova oral e sem que tivesse sido concedido às partes prazo para apresentação de alegações finais, bem assim a nulidade do laudo que serviu de apoio ao julgado, porquanto as partes não foram intimadas quando do início dos trabalhos do perito.

O Tribunal *a quo*, no ponto, assim decidiu:

Rejeita-se a preliminar levantada de cerceamento de defesa, pois não se vislumbrou no caso presente a alegada violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, visto que a realização de prova testemunhal insere-se no poder do Magistrado, e ela foi bem rejeitada, com base no art. 130 do CPC, evitando o injustificável retardo processual com diligência inútil.

No caso presente, ela afigura-se supérflua, já que a discussão é restrita à apuração dos responsáveis pela queima de fogos e dos danos causados à autora, o que foi constatado e avaliado através da prova pericial.

Para completar, sequer foi informado o que se pretendia provar com a prova requerida.

É sabido que em nosso sistema legal somente haverá nulidade quando a não observância da forma redundar em prejuízo (CPC, 250 e parágrafo único).

A não observância do decreto legal só gerará nulidade se for atingida a finalidade legal com prejuízo para os litigantes.

Ora, a apelante fez gracioso pedido de nulidade, sem apontar o prejuízo sofrido.

Outro ponto trazido foi a ausência de abertura de vista para as partes apresentarem alegações finais, mas o fato é que a digna Juíza, após deferir, em decisão irrecorrida, apenas as provas documental e pericial e feitas essas diligências, abriu vistas as partes que se manifestaram às fls. 1780, 1782, 1783, 1784/87 e 1795, ficando completa a instrução processual. Em seguida, com base no artigo 330, I, do CPC, julgou o feito, já que desnecessárias outras providências.

Logo, não houve qualquer irregularidade processual.

(fls. 2172-2173, e-STJ) [grifou-se]

2.1. Como se vê, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que não implica cerceamento de defesa o indeferimento da dilação probatória e julgamento antecipado da lide, notadamente quando as provas já apresentadas pelas partes sejam consideradas suficientes para a resolução da lide, como ocorrera no caso *sub judice*.

No ponto, rever o entendimento do Tribunal local acerca da suficiência das provas apresentadas pela parte para o julgamento antecipado da lide e a desnecessidade de prova oral na hipótese demandaria o reexame do contexto fático probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. Neste sentido, precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS. **JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.** AGRAVO DESPROVIDO. 1. In casu, para se chegar à conclusão de que a prova cuja produção foi requerida pela parte seria ou não indispensável à solução da controvérsia, seria necessário se proceder ao reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, a teor do enunciado 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 841.164/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUDITORIA FINANCEIRA. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS AD EXITUM. **PRODUÇÃO DE PROVAS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.** 1. Segundo jurisprudência do STJ, ao juiz, como destinatário da prova, cabe indeferir as que entender impertinentes, sem que tal implique cerceamento de defesa. Incidência da Súmula 7 do STJ. [...] 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1044194/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO DE COBRANÇA. **ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7/STJ. REVISÃO CONTRATUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 5/STJ.** 1. A análise da ocorrência de cerceamento de defesa, em virtude do julgamento antecipado da lide, esbarra no óbice do Enunciado n.º 7/STJ, pois, para se concluir que a prova documental não seria suficiente, a justificar a necessidade de produção de outras provas, seria necessário o reexame de

circunstâncias fáticas e do conjunto probatório constante nos autos. [...] 4. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp 1441476/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 19/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. TÍTULO EXECUTIVO. LIQUIDEZ. PRECEDENTES. **ART. 130 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ.** [...] 3. A determinação da realização de provas, a qualquer tempo e sob o livre convencimento do magistrado, é uma faculdade deste, incumbindo-lhe sopesar sua necessidade e indeferir diligências inúteis, protelatórias ou desnecessárias. **Dessa forma, o juízo acerca da produção da prova compete soberanamente às instâncias ordinárias e o seu reexame, na estreita via do recurso especial, encontra o óbice de que trata o verbete nº 7 da Súmula desta Corte.** 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 576.838/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 03/02/2016) [grifou-se]

Desta forma, para alterar os fundamentos da decisão impugnada acerca da necessidade de produção de outras provas além daquelas acostadas aos autos, seria imprescindível a reavaliação do conjunto fático-probatório, o que é inviável no âmbito do recurso especial, haja vista o teor da supracitada Súmula 7 do STJ.

2.2. Também encontra guarida no entendimento desta Corte, a conclusão do acórdão recorrido no sentido de que somente haverá decretação de nulidade, se demonstrado prejuízo, o que não ocorreu na hipótese, conforme consignou o órgão julgador. Precedentes: AgInt no REsp 1543641/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 30/10/2019; AgInt no REsp 1342007/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019.

Incidência, no ponto, do teor da Súmula 83/STJ.

3. A insurgente sustenta, ainda, a ausência de responsabilidade no evento danoso, bem como a má avaliação das provas dos autos, porquanto não foram vistos todos os vídeos acostados aos autos na sessão de julgamento.

O Tribunal *a quo*, com amparo nos elementos de convicção dos autos, assim decidiu acerca da responsabilidade civil da ora recorrente:

Dúvidas não existem que as recorrentes tiveram participação na realização do desastroso evento, cada qual dentro de sua competência, a Associação, representando a hotelaria da Avenida Atlântica, que lucrou com a ocupação quase total dos quartos, em razão do interesse público; a Terrazzo, com, sem dúvidas, grande lotação do restaurante frontal ao mar e a Promo 3, que promoveu a festa.

Ainda que o laudo do ICCE tenha concluído que as amostras colhidas “são equivalentes aos materiais apresentados pela Empresa Promo 3”, a discussão central não é esta, mas sim a responsabilidade objetiva prevista na lei consumerista que pune a prestação defeituosa de serviços e, no caso presente, essa relação tem seu escopo no artigo 12, que trata do fato do produto ou do serviço, como se lê:

“O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos”.

A solidariedade está prevista nos artigos 7º, § único, 13 e 18, do diploma citado.

Como disse a prova técnica, não “houve verdadeiramente uma explosão, mas sim uma deflagração vigorosa do artefato pirotécnico” (fls. 1.308/1.588), e esse trabalho foi ratificado pelo expert, com conclusão de “resultados podem absorver grau de imprecisão não desejado...” (fl. 1.687).

Ainda que não muito claro qual a empresa responsável pelo “curral” de onde ocorreu a deflagração, o certo é que todas as apelantes foram empreendedoras, com lucro, do malfadado evento fora das normas de segurança, daí a aplicação da solidariedade prevista igualmente na Lei Civil, artigo 264 e seguintes.

O que se esperava é que as entidades, com um mínimo de responsabilidade, procurassem a autora e demais vítimas para pagamento de indenização in continenti, mas não levá-las a penosos e demorados processos (o presente é do ano de 2001!!!!), com toda sorte de incidentes processuais, o que levou a autora ou seu causídico a desistir de recorrer ou apresentar contrarrazões, contentando-se com modestíssimo valor indenizatório.

Reforça a tese da solidariedade, o fato insofismável que após o trágico evento o lançamento de fogos passou a ser feito por balsas no mar e não da forma precária sobre as cabeças das pessoas.

Logo, caracterizada a responsabilidade dos apelantes, cabível a concessão do dano moral, com base no artigo, 5º, X, da Constituição Federal, considerando-se a situação anormal passada e abalo emocional que refoge ao normalmente suportado pela pessoa média, já que a autora sofreu lesões em razão da queima de fogos promovida e ainda teve que procurar atendimento médico.

(fls. 2176-2178, e-STJ) [grifou-se]

Como se vê, a Corte de origem, *soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos*, concluiu que ficou caracterizada a responsabilidade civil da recorrente, porquanto demonstrados os requisitos ensejadores do dever de indenizar na hipótese e a sua responsabilidade no evento danoso.

Assim, para rever tal conclusão seria imprescindível o reexame de todo o acervo fático e probatório dos autos, providência esta vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ. Nesse sentido, precedentes da Casa:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. HOMICÍDIO EM FESTA DE HIP HOP E FUNK. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO LOCADOR DO ESPAÇO DESTINADO AO EVENTO E DO SEU ORGANIZADOR OU PROMOVENTE. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. No presente caso, a revisão do entendimento a que chegou o Tribunal estadual, sobre a responsabilidade civil da empresa, encontra óbice na Súmula 7 desta Corte por demandar necessário reexame de prova. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 670.011/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 26/06/2015) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRIO ELÉTRICO. ACIDENTE. ROMPIMENTO DE FIAÇÃO. MURO COM QUADRO DE ELETRICIDADE. DERRUBADA. TRANSEUNTE. DANOS FÍSICOS. EMPRESA DE EVENTOS E CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SÚMULA Nº 7/STJ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. No caso, desconstituir as premissas estabelecidas pelo tribunal local - (i) a empresa organizadora é responsável pelo dano diante de seu dever de vistoriar o percurso a ser realizado pelo trio elétrico e (ii) a concessionária de energia elétrica, diante de sua omissão e negligência, foi condenada solidariamente - demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, procedimento vedado pelo teor da Súmula nº 7/STJ. 3. A matéria constante do art. 12, § 3º, do CDC não guarda pertinência com a discussão dos presentes autos. Incidência da Súmula nº 284/STF. Precedentes. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1415492/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 04/10/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADO COM PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES. DANO MORAL CARACTERIZADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...] 2. O acolhimento da pretensão recursal quanto à alegada inexistência do ato ilícito e do dever de indenizar à parte recorrida pelos danos morais causados, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1180586/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 21/03/2018) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ. [...] 3. A jurisprudência deste STJ se firmou no sentido de ser inadmissível, em sede de recurso especial, a revisão do quantum indenizatório arbitrado a título de danos morais, em face do disposto na Súmula 7 desta Corte, salvo em casos de flagrante exorbitância ou irrisoriedade, o que não ocorre na espécie. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 142.317/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015) [grifou-se]

4. Por fim, a recorrente aponta violação ao artigo 21, p. único, CPC/73, ao argumento de que os ônus da sucumbência devem ser suportados exclusivamente pela parte autora.

A respeito da distribuição da sucumbência, a pretensão recursal encontra óbice na Súmula 7/STJ, conforme entendimento desta Corte, a saber:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REVISÃO DO JULGADO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Segundo a jurisprudência desta Corte a aferição do percentual em que cada litigante foi vencedor ou vencido ou a conclusão pela existência de sucumbência mínima ou recíproca das partes é questão que não comporta exame em recurso especial, por envolver aspectos fáticos e probatórios, aplicando-se à hipótese a Súmula n. 7/STJ. [...] 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 708.958/ES, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 28/08/2015) [grifou-se]

PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS. FIXAÇÃO. VALOR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. REVISÃO. POSSIBILIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DECAIMENTO. SÚMULA 7/STJ. [...] 2. Ademais, a revisão da distribuição dos ônus sucumbenciais envolve ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, o que é inadequado na via especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 13.883/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 15/10/2012) [grifou-se]

Como se vê, este Superior Tribunal possui entendimento firmado no sentido de que rever a proporção de vitória/derrota das partes na demanda, para aferir a sucumbência recíproca ou mínima, implica em revisão de matéria fática e probatória, providência inviável de ser adotada, em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

5. Do exposto, **nego provimento** ao agravo interposto por PROMO 3 CONSULTORIA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator